



JUVENTUDE
SOCIALISTA

Comunicado de imprensa
Lisboa, 20 de julho de 2018

Juventude Socialista condena nova «Lei do Estado Judeu»

Ivan Gonçalves, Secretário-geral da JS, entende que «neste momento de impasse e tensão todos os povos têm a responsabilidade e o dever de contribuir com soluções para os problemas no Médio Oriente. Entendemos que a condenação desta nova lei e o reconhecimento do Estado Palestino são o único caminho possível para garantir a paz e a segurança na região, enviando uma mensagem clara às partes sobre a inevitabilidade de retomarem negociações com vista ao estabelecimento efetivo da solução dos dois Estados».

A Juventude Socialista vem condenar a recente «Lei do Estado Judeu», aprovada esta semana pelo Parlamento de Israel, que vem instituir, entre outras normas, o direito à autodeterminação nacional exclusivamente para judeus, despromove o árabe como uma das línguas oficiais, declara os colonatos como tendo um interesse estratégico nacional e estabelece que Jerusalém «una e indivisa» é a capital de Israel.

A aprovação desta lei segregacionista e divisionista não é mais do que a tentativa, por parte do Estado israelita, de implementação de uma superioridade étnica na região. Além disso, a evidência das posições extremistas assumidas neste documento apenas veem contribuir para manter o Médio Oriente e o mundo sob uma tensão constante e profundamente alarmante e constituem o passo mais recente numa série de ataques que têm posto em causa liberdades e direitos, entre eles os da soberania e sobrevivência dos palestinianos, constituindo um verdadeiro impedimento ao processo de paz na região, assente na solução de coexistência segura e pacífica entre o Estado Israelita e o Palestino.

Por tudo isto, e perante o silêncio e a apatia internacional sobre a aprovação desta lei, entende a Juventude Socialista que o Governo de Portugal deve tomar todas as medidas diplomáticas necessárias de forma a protagonizar uma atitude de condenação clara e inequívoca a esta disposição do parlamento israelita.

Além disso, a Juventude Socialista manifesta solidariedade com todos os povos que habitam a região, independentemente da sua crença ou religião e, perante a atual situação e o equilíbrio de forças existente, incita o Governo português a proceder ao reconhecimento imediato do Estado da Palestina, como caminho que melhores condições trará para que seja dado cumprimento à resolução 181, aprovada em 1947



JUVENTUDE
SOCIALISTA

pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que estabelece a partilha do território da Palestina em dois estados: o de Israel e o da Palestina.

Ivan Gonçalves, Secretário-geral da JS, entende que *«neste momento de impasse e tensão todos os povos têm a responsabilidade e o dever de contribuir com soluções para os problemas no Médio Oriente. Entendemos que a condenação desta nova lei e o reconhecimento do Estado Palestino são o único caminho possível para garantir a paz e a segurança na região, enviando uma mensagem clara às partes sobre a inevitabilidade de retomarem negociações com vista ao estabelecimento efetivo da solução dos dois Estados»*.

A Juventude Socialista entende, ainda, ser necessária a retirada de todos os colonatos ilegalmente construídos na Cisjordânia, bem como o fim da opressão e dos sucessivos atentados aos direitos humanos a que a população palestina – nomeadamente a residente na faixa de Gaza – tem vindo a ser sujeita, como passos essenciais para a pacífica coexistência entre os dois povos.

Neste sentido, a Juventude Socialista não pode deixar também de condenar as ações do Governo e Exército israelitas contra o povo palestino e que resultam, repetidamente, na morte de centenas de civis palestinos. O fim do bloqueio à Faixa de Gaza e o acesso de ajuda humanitária e médica são fundamentais para garantir a sobrevivência dos quase dois milhões de palestinos que habitam naquele exíguo território, 45% dos quais com menos de 14 anos.